

A UTILIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS PELOS CIRURGIÕES-DENTISTAS NO SERVIÇO PÚBLICO.

Renata Reis dos Santos, Artênio José Ísper Garbin, Cléa Adas Saliba Garbin, Ronald Jefferson Martins, Ana Carolina da Graça Fagundes. – Área: Ciências da Vida – Sub-Área: Odontologia – Departamento de Odontologia Infantil e Social – Faculdade de Odontologia – Campus de Araçatuba.

O atestado pode ser definido como a simples descrição de um fato odontológico e suas conseqüências ou ainda declaração que uma pessoa faz da verdade de um fato, para servir de documento para outra pessoa^{1,2}. O cirurgião-dentista, na elaboração de um atestado deverá tomar precauções, principalmente no que diz respeito ao segredo profissional. A citação do diagnóstico ou de procedimentos realizados durante o ato da consulta consiste na infração do art. 9º, I, do Código de Ética Odontológico, “revelar, sem justa causa, fato sigiloso de que tenha conhecimento em razão do exercício profissional”⁹.

Assim sendo, a Classificação Internacional de Doenças (CID) surgiu como uma forma de se manter em sigilo profissional as enfermidades do paciente. Os atestados odontológicos são documentos legais de grande valia, que servem para justificar as faltas ao trabalho em estados mórbidos e outros, assegurando o pagamento dos respectivos salários, desde que apresentem a codificação da enfermidade, ou seja, a Classificação Internacional de Doenças (CID), conforme especificado por Acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e dissídio de determinadas categorias. A CID é definida como um sistema de categorias para qual estados mórbidos são alocadas de acordo com critérios pré-estabelecidos; essa padronização das classificações é o primeiro passo para estudar a morbidade³. Foi criada com a finalidade de classificar as causas de morte. A partir da sua sexta revisão, a classificação inclui estados mórbidos e motivos de consulta⁴. A falta desta pode acarretar a rejeição do atestado por falta de diagnóstico, nos órgãos previdenciários e pelos empregadores.

O objetivo do trabalho foi verificar a conduta dos Cirurgiões-Dentistas que atuam em quatro municípios da região noroeste do Estado de São Paulo, quanto ao uso da Classificação Internacional de Doenças (CID) na emissão de atestados odontológicos.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Odontologia de Araçatuba, conforme preconiza a Resolução 196/96. Foi entregue um questionário auto-administrado⁵ com perguntas abertas e fechadas sobre a CID, aos cirurgiões-dentistas que trabalham no serviço público. As perguntas abordavam temas como: emissão de atestados, utilização, importância e dificuldade na utilização da CID.

Após uma semana estes questionários foram recolhidos, e os dados obtidos foram tabulados por meio do programa Epi Info 2000, versão 3.2⁶. Nas questões abertas realizou-se análise qualitativa, abrangendo as seguintes fases: pré – análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação; para categorizá-las e assim quantificá-las, permitindo assim, uma melhor apresentação dos resultados^{7,8}.

Do total de 42 dentistas, 22 (52,38%) responderam as perguntas. Os resultados demonstraram que 19 (86,36%) dos cirurgiões-dentistas emitem atestados odontológicos. Dos que emitem, 11 (57,89%) possuem a CID no consultório ou empresa que trabalham. Destes, 6 (54,55%) utilizam-na esporadicamente ou não a utilizam e 3 (15,79%) relatam ter dificuldade de enquadrar o procedimento odontológico ao mesmo.

Apesar de 14 (73,68%) dos cirurgiões-dentistas acharem importante à utilização da CID, nenhum relacionou seu uso com o aspecto legal do abono da falta do trabalhador.

Conclui-se que a maioria dos Cirurgiões-Dentistas utilizam a CID, entretanto existe a necessidade de maior conscientização dos cirurgiões-dentistas da importância da utilização da CID na emissão dos atestados odontológicos tanto para justificar as faltas dos trabalhadores, e também facilitar a comunicação entre os profissionais da saúde.

Referências Bibliográficas:

1. SALIBA-GARBIN, C. A. et al.. **O cirurgião-dentista e a emissão de atestados odontológicos. Odontologia e sociedade.** v.2, n.1/2, p. 89-92, 2000.
2. SOUZA LIMA, A.J. **Tratado de medicina legal**, 5. ed.. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 1994, 979 p.
3. ARAUJO, M. E. Classificação internacional de doenças de interesse para a área odontológica. In: Silva, M. **Compêndio de odontologia legal**. Rio de Janeiro: Medsi, 1997. p.345-387.
4. LAURENTI, R. **Análise da informação em saúde: 1983-1993** cem anos de classificação internacional de doenças. Rev. Saúde Públ., v.25, n.6, p.407-17, 1991.
5. BABBIE, E. Métodos de Pesquisa de Survey; tradução de Guilherme Cezarino – Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.
6. DEAN, A.G.; DEAN, J.A.; BURTON, A.H.; DICKER, R.C. Epi Info Version 6.04: a word processing, database, and statistics program for epidemiology on micro-computers. Centers for Disease Control. Atlanta, Georgia, USA; 1990.
7. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
8. MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
9. BRASIL. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO 179/91 de 19/12/1991. **Código de Ética Odontológico**. Rio de Janeiro: CFO, 1992.

Bolsa: FAPESP – nº 05/55537-2